

Orçamento da União

é criticado mas passa

A proposta de orçamento da União escapou na tarde de ontem de ser rejeitada pela comissão mista do Congresso encarregada de examiná-la. O senador João Calmon (PMDB-ES) considerou inconstitucional a proposta, por não conferir à educação o percentual mínimo de 13% exigido pela emenda que leva seu nome. Obteve o apoio de 18 membros da comissão — quase todos os representantes do PMDB, do PT e alguns do PDS, como o senador Gabriel Hermes —, mas a maioria dos parlamentares presentes preferiu votar a favor da proposta do Planalto.

Calmon criticou frontalmente o ministro do Planejamento, Delfim Netto, a quem acusou de "forçar todo o tipo de manobras para privar a educação dos recursos a ela necessários", e comprovou que, feitas as contas, a educação fica com apenas 4,6% do orçamento. Além da educação, apenas a Previdência So-

cial teve seu orçamento criticado, pelo deputado Milton Figueiredo — que considerou "uma das grandes vergonhas nacionais" o rombo da Previdência e propôs um regime de cegestão para saná-lo —, mas não houve qualquer impugnação formal.

Para cumprir a norma constitucional de destinação de 13% da receita de impostos à manutenção e desenvolvimento do ensino, o orçamento deveria contemplar o setor com Cr\$ 7,4 trilhões. Mas, segundo o senador, o Ministério da Educação e Cultura, único órgão do Governo a se responsabilizar pelo ensino, conta na proposta de orçamento com uma dotação de Cr\$ 4,9 trilhões, correspondendo a 8,68% da receita de impostos, que é de Cr\$ 57,3 trilhões.

Mas, de acordo com Calmon, a medida em que se aprofunda esse exame, nota-se que o percentual efetivamente aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino tende a se

reduzir ainda mais. Não são todos esses Cr\$ 4,9 trilhões que provêm, como manda a Constituição e entende o consultor-geral da República, da receita de impostos. Nada menos do que Cr\$ 2,2 trilhões da dotação do MEC originam-se do Finsocial, do saário-educacional, de recursos diretamente arrecadados e, finalmente, de operações de crédito internas e externas. O senador ainda deduziu da dotação do MEC Cr\$ 31,8 bilhões não destinados especificamente à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Feitas essas deduções, Calmon constatou que a dotação do MEC proveniente de recursos ordinários do Tesouro cai para Cr\$ 2,7 trilhões, o que, retiradas as despesas que não se referem ao ensino, se reduziria a Cr\$ 2,6 trilhões. Esse total, observou Calmon, corresponde a apenas 4,675% da receita proveniente dos impostos, quando a Constituição exige 13%.